

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

***NEW YORK TIMES* E A COBERTURA DA PALESTINA: REPRODUÇÃO DO
ORIENTALISMO E DA LÓGICA COLONIAL ESTADUNIDENSE**

Marianna Gullo de Albuquerque Prado

Trabalho de Conclusão de Curso
Relações Internacionais

São Paulo - SP
2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

***NEW YORK TIMES* E A COBERTURA DA PALESTINA: REPRODUÇÃO DO
ORIENTALISMO E DA LÓGICA COLONIAL ESTADUNIDENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Relações Internacionais da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP) como requisito para obtenção do
título de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientadora: Profa. Dra. Natália Mello

São Paulo - SP
2024

Mas politizar é abrir o espírito, despertar o espírito, dar luz ao espírito. É, como dizia Césaire: «inventar almas».

- Frantz Fanon

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, antes de tudo, à minha família que foi de grande importância para eu me encontrar aqui hoje. Ao meu pai por todos os ensinamentos, pelo apoio financeiro que permitiu eu viver tantas experiências dentro da universidade, e principalmente pelos conselhos que me ajudaram a perceber que as Relações Internacionais eram meu lugar. À minha mãe por cada palavra de apoio e acolhida quando eu estava cansada demais para expressar minhas frustrações, por cada opinião sobre os posts que eu fiz para a Atlética ou cada lida nos meus trabalhos para dizer que “pra mim, parece bom” e principalmente por me ensinar que ter coragem não é não ter medo, mas sim ir com medo mesmo (e sempre com seu apoio junto). Ao meu irmão por todas as piadas que me fizeram rir quando nada mais fazia, por cada conversa difícil que eu precisava ouvir e principalmente por cada momento de valorização das minhas conquistas quando eu mesma não conseguia enxergar o valor delas. Eu amo vocês.

Agradeço também aos meus professores que me cativaram a cada passo dessa jornada para entender as complexidades e simplicidades do mundo. Obrigada por cada aula, cada orientação, cada palavra de apoio, todos foram essenciais para que eu chegasse aqui hoje. Em especial, agradeço à professora Natália Mello que me acompanhou na minha IC e TCC. Com certeza o que você me ensinou sempre terá um lugar especial na pesquisadora e pessoa que sou.

Agradeço também às minhas amigas. Isa e Giu, mesmo que de longe, o apoio de vocês foi importante demais para que eu superasse cada paranóia e preocupação, mas também para que eu compartilhasse cada vitória. À “Embaixada do Brasil no Paraguai/Seul” - Maju, Lívia e Thais -, foi muito importante encontrar meu lugar junto a vocês, sou muito grata por conhecer pessoas tão incríveis e espero poder reconhecer cada conquista de vocês juntos.

Por fim - mas nem um pouco menos importante -, agradeço à pessoa que me encontrou no momento em que eu mais precisava, meu amor, André. Em você eu pude encontrar acolhimento, cura, amor e admiração de um jeito que eu nunca tinha vivenciado antes. Sou muito grata por ter você na minha vida e ter seu carinho em cada dia difícil - que foram muitos - desses últimos dois anos na PUC. Espero poder chorar e celebrar cada tristeza e felicidade daqui pra frente com você. Te amo e tenho muito orgulho de você.

Resumo

Essa pesquisa busca compreender de que maneira o discurso desumanizador presente na mídia e sociedade estadunidense a respeito do árabe palestino é um fator que favorece o apoio estadunidense à Israel. Na pesquisa estuda-se como estes dois países têm uma relação próxima desde a criação do Estado israelense em 1948. Além disso, também busca-se entender como é construída uma imagem do “*dangerous brown man*” que sustenta uma ansiedade frente a um suposto inimigo, ajudando a justificar uma certa simpatia a atos de abuso por parte do Estado de Israel a essa população (Barder, 2021) e, neste contexto, também a uma aceitação às ações israelenses na Palestina. Conclui-se que este processo de desumanização e criação de um inimigo favorece, além disso, a maior aceitação do apoio dos Estados Unidos aos colonizadores israelenses.

Palavras-chave: Mídia, Estados Unidos, Israel, Orientalismo, Colonialismo.

Abstract

This research seeks to understand how the dehumanizing discourse present in the US media and society regarding Palestinian Arabic is a factor that favors American support for Israel. The research analyzes how these two countries have had a close relationship since the creation of the Israeli State in 1948. In addition, it also seeks to understand how the acceptance of the figure of the "dangerous brown man" is built in a way that sustains an anxiety for a supposed enemy, helping to justify a certain sympathy for acts of abuse by the State of this population (Barder, 2021) and, in this context, also an acceptance of the actions of the State of Israel in Palestine. It is concluded that this process of dehumanization and creation of an enemy also favors the greater acceptance of the support of the United States to the Israeli colonizers.

Key-words: Colonialism, Israel, Media, Orientalism, United States.

Sumário

Agradecimentos	4
Resumo	5
Introdução: A aliança entre EUA e Israel	8
Colonialismo na Palestina e Racismo	12
Capitalismo, racismo e orientalismo.....	15
A identificação entre Estados Unidos e Israel	17
Cobertura da Palestina no New York Times e seus impactos	19
Considerações Finais	27
Fontes bibliográficas	30

Introdução: A aliança entre EUA e Israel

No dia 14 de maio de 1948, com o fim da Segunda Guerra Mundial e do holocausto, é criado o Estado de Israel. Este processo se dá por intermédio da Organização das Nações Unidas (ONU) e é fundamentado na teoria sionista que defende o direito do povo judeu a um Estado nacional independente e soberano. Com isso, sua criação é quase que imediatamente reconhecida pelos Estados Unidos da América (EUA), fato o qual dará início a uma aliança histórica entre os dois países.

A partir disso, observa-se que esta aliança, apesar de ter períodos de distanciamento como o governo Eisenhower (1953 - 1961) ou o período atual do governo Biden (2021 - atualidade), esteve presente desde a criação do Estado até o presente. É ilustrativo o fato de que ocorreram ao longo do tempo distribuições de bilhões de dólares em ajuda externa. A ajuda externa dos Estados Unidos ao governo israelense é segundo “O Lobby de Israel” de Mearsheimer e Walt (2006), próximo a US\$ 3 bilhões por ano, sendo ainda mais expressiva no presente com a recente aprovação de ajuda de US\$ 26 bilhões à Israel e ajuda humanitária para civis em zonas de conflito em 23 de abril de 2024 (G1, 2024). De início, a aliança foi principalmente caracterizada por interesses estadunidenses de influência no Oriente Médio, região que durante a Guerra Fria se disputava influência com a União Soviética. Com o fim desta, os Estados Unidos assumiram uma nova posição de “mediador” entre os israelenses e os países árabes vizinhos, no entanto, sem se distanciar de seu aliado.

Com o 11 de setembro inicia-se um esforço pelo apoio árabe à guerra contra o Talibã no Afeganistão e mais adiante a guerra no Iraque, além disso também se desenvolve um esforço para democratização do mundo árabe. Desta forma, Israel se torna um importante aliado contra o terrorismo e as ditaduras do Oriente Médio, assim se construindo uma aliança baseada em um discurso dúbio e carregado de islamofobia e racismo. Israel, portanto, neste momento é visto como um aliado crucial para a guerra contra o terror, já que seus inimigos passam a ser vistos como os mesmos que os dos Estados Unidos (Viana, 2022). Isto é, há um esforço de entender os interesses de Israel pela dominação regional e o interesse estadunidense pelo petróleo na região como convergentes e que assim poderiam ser atingidos pela mesma estratégia (Cook, 2008). Com isso, aplica-se uma estratégia comum de

desestabilização política do Oriente Médio, o que é exemplificado pela retórica de demonização de governos autoritários na intenção de substituí-los por democracias, e que poderia favorecer ambos os Estados com a imposição de novas figuras de poder possivelmente pró-Israel e pró-Estados Unidos.

Mais adiante, o governo Obama (2009 - 2017) é visto como um momento de certo desacordo com Israel - por conta de fatores como a negociação do acordo nuclear negociado com o Irã, visto como inimigo por Israel; o governo Trump (2017 - 2021) como uma aproximação - tendo em vista o frequente apoio à Israel e certo alinhamento com Netanyahu; e o atual governo Biden vêm passando por tensões - com a acentuação de críticas a falas do governante a favor dos direitos palestinos, por exemplo. No entanto, não é claro desde sua criação um momento de ruptura entre os Estados Unidos e Israel.

Tendo isso em vista, é necessário o entendimento das bases deste apoio quase irrestrito à existência do Estado israelense por parte de diversos governos estadunidenses. Entende-se esse processo como multifacetado com fatores políticos, econômicos e também ideológicos. Assim, alguns dos fatores que contribuem são a localização geográfica de Israel, a abundância de petróleo na região do Oriente Médio, a indústria bélica e tecnológica de ponta desenvolvida no território, o *lobby* de Israel nos EUA e a convergência de interesses estratégicos. Neste sentido, em “Fateful Triangle: The United States, Israel, and the Palestinians” de Noam Chomsky (1983), onde o autor identifica a importância dos fatores citados acima e entende o apoio estadunidense a Israel como motivado por seus interesses comuns no Oriente Médio. Sendo assim, Chomsky atribui isso principalmente à persistência de uma “ilusão a respeito da sociedade de Israel e o conflito árabe-israelense” (Chomsky, 1983, p. 11). Outra fonte importante sobre o assunto é “O Lobby de Israel” de Mearsheimer e Walt (2006), a qual explora a atuação de influências externas do lobby no governo estadunidense que apoiam esta relação. Os autores exploram questões ideológicas, contudo, como na maioria dos artigos, a questão ideológica é vista principalmente como uma extensão da questão financeira do lobby e não como uma questão central do estudo. Jonathan Cook (2008) em “Israel and the clash of civilisations” toma como base tanto a argumentação de Mearsheimer e Walt (2006) quanto a de Chomsky (1983) para construir um novo argumento de que Israel persuadiu os neoconservadores estadunidenses de que seus respectivos objetivos (a dominação regional de Israel e o controle do petróleo pelos Estados Unidos) se relacionavam e

tinham fins compatíveis (Cook, 2008, p. 91). O autor descreve que os dois países tinham uma estratégia comum de desestabilizar o Oriente Médio, focando, portanto, principalmente no âmbito de uma identificação política entre Israel e os Estados Unidos.

A partir disso, é importante também reconhecer a importância da representação e visualização do Estado de Israel como a democracia do Oriente Médio e um “pedaço do Ocidente no Oriente”, o que carrega em seu cerne uma visão do Oriente como atrasado, autoritário, não-desenvolvido, entre muitos outros adjetivos ligados a uma ideologia racista, xenofóbica e orientalista. Ilustra isso falas como a de Yair Lapid, jornalista e político israelense, ex-vice-primeiro-ministro, em um artigo para a *Foreign Policy* em 2016:

O acordo [de cooperação militar] também faz parte de uma aliança estratégica profunda e de longa data entre Israel e os Estados Unidos. Os fundamentos da aliança são emocionais e morais. (...) E também compartilhamos muitos dos valores: um compromisso profundo com a democracia, a proteção dos direitos das mulheres, dos direitos dos homossexuais e dos direitos das minorias; e a compreensão de que a liberdade deve ser protegida, às vezes com sangue. (Lapid, 2016).

Assim, pensando Israel como uma sociedade ocidental, ocorre um processo de identificação entre esta sociedade e a estadunidense por via de uma suposta superioridade que é também racial. Isto é, torna-se possível identificar como parte dessa aliança ideológica se baseia na subjugação daquele que é diferente e visto como inferior, na sociedade americana este grupo é composto por pessoas de cor e em Israel pelos árabes. Como explicado por Barder (2021), o etnocentrismo ocidental em relação ao Islã reflete uma tentativa de exacerbar suposta diferença civilizacional e assim impor uma hierarquia, fato ilustrado por falas como a proferida por declaração de Ze'ev Jabotinsky - teórico sionista:

(...) “estamos indo para a Palestina a fim de estender até o Eufrates as fronteiras morais da Europa”. E pontificava: “mesmo com o Ismael real nada temos em comum. Pertencemos à Europa, graças a Deus: nos últimos 2 mil anos ajudamos a construir a civilização europeia” (Said, 1979, p. 7 apud Moraes, 2018),

ou pelo Ministro da Educação de Israel em 1969:

Estamos longe de considerar nossa população oriunda de países orientais como uma ponte para nos integrar no mundo da língua árabe. Nosso objetivo é implantar neles o espírito ocidental e não deixá-los arrastar-nos para uma antinatural orientalidade (SAID, 1979, p. 6 apud Moraes, 2018).

A linguagem do progresso civilizacional, da modernidade e de uma ordem político-econômica geralmente liberal permitiu a construção da imagem de um Ocidente crucialmente superior (Barder, 2021). O Estado de Israel, portanto, faz parte deste processo e o imaginário dele como “pedaço de civilização” em meio à “barbárie do oriente” se torna crucial para a visão estadunidense pró-Israel. Como explicitado anteriormente, esta é uma visão importante durante a Guerra Fria, mas continua a ter extrema relevância na guerra contra o terrorismo e no interesse dos Estados Unidos em democratizar o Oriente Médio e conseguir implementar seus interesses. Assim, o discurso que caracteriza parte do Oriente Médio como um local inferior ao Ocidente se torna crucial para não apenas estratégias militares ou diretamente intervencionistas, mas também para construção de um imaginário que de certa forma constitui a política externa estadunidense.

Historicamente esta questão é conceituada por Edward Said na questão do Orientalismo (2007), a qual se materializa em uma leitura colonialista do oriente, o observando como irracional, naturalmente conflituoso e necessitado da intervenção ocidental. Assim, este orientalismo - o qual muitas vezes se concretiza em discursos racistas - presente em diversas esferas da sociedade estadunidense se torna uma ferramenta política importante para a manutenção de uma aliança tão forte e indissolúvel como a entre Estados Unidos e Israel. A construção do árabe como bárbaro e que precisa ser disciplinado em contrapartida ao israelense que é civilizado e segue os ideais ocidentais é muito relevante para a naturalização da existência de um Estado que pratica violência contra a população nativa deste local. Durante a história, portanto, há uma expansão e naturalização do Orientalismo no discurso seja ele político, cotidiano ou nas grandes mídias.

Ressalta-se, deste modo, o papel da mídia neste processo. A mídia se torna um ator político o qual participa da disseminação de um discurso que aprova e contribui para a continuação desta aliança. Este ator é mais que passivo, mas atua ativamente na construção e embasamento de discursos racistas, xenofóbicos e orientalistas. Ao longo da história o conflito foi reportado nos jornais estadunidenses de forma desigual e, como dito por Said, ocorreu uma

exclusão das vozes palestinas em aspectos importantes da ocupação entrincheirada de Israel, retratando-os em grande parte como esta entidade inabalável e irracional e o que ele chamou de “coletivos frenéticos empenhados em matar judeus inocentes (Said, 2012, pág. 27 apud Siddiqui; Zaheer, 2021, p. 7, tradução nossa).

Tendo isso em vista, faz-se necessário entender como o racismo é essencial para a sustentação do apoio estadunidense à Israel ao longo da história e assim, como ele se reflete nas publicações de um dos maiores, e também polêmicos quanto ao seu possível enviesamento pró-Israel, jornais estadunidenses - o *New York Times*. Para este estudo, o foco será entender a atuação deste jornal com o objetivo de compreender como o discurso desumanizante e de caráter orientalista se manifesta em matérias a respeito da ocupação israelense na Palestina.

Com isso, em primeira instância será discutido teórica e analiticamente como a relação e identificação entre os EUA e Israel está atrelada a um discurso e noção racista do mundo árabe e dos palestinos. Para mais, buscarei - por meio de uma revisão de literatura de fontes secundárias - a compreensão de como a mídia ilustra Israel e a Palestina em um país como os Estados Unidos. Por fim, o foco será como a desumanização da vida palestina se apresenta no discurso do *New York Times* a partir de uma perspectiva histórica com ênfase na década de 2020, buscando entender se este discurso desumanizador é um fator que favorece o apoio estadunidense à Israel.

Colonialismo na Palestina e Racismo

Em primeiro lugar, para melhor entendimento do conceito de sionismo será utilizada como principal fonte a obra “O Estado Judeu” de Theodor Herzl (1997 [1986]). Neste clássico, Herzl denomina o chamado “problema judaico”, o qual junto com sua caracterização do povo judeu se tornará a causa do surgimento do sionismo. Dessa forma, no início do livro o autor argumenta que o problema de perseguição e intolerância religiosa contra os judeus só poderá ser superado com a constituição de um lar nacional judeu, e que ainda a questão judaica é uma questão nacional e não social ou religiosa. (Herzl, 1896, p. 20).

Mais adiante o autor então destaca que o plano se baseia na concessão da soberania sobre uma porção de um território da terra adequada para as necessidades e as justas ambições do povo judeu (Herzl, 1896, p. 39). Nesse sentido, nesta que é uma das primeiras obras sionistas, Herzl considera a possibilidade desta porção ser na Argentina ou na Palestina, aqui será enfatizado a Palestina dado o fato que foi este o plano que se concretizou. Sobre isso, Herzl ressalta que o Estado Judeu na

Palestina seria uma barreira de contenção na luta contra a barbárie e contra a Ásia. Assim, seriam mantidas relações com a Europa - conceito que pode atualmente ser expandido como "ocidente" ao pensar nas relações de Israel com os Estados Unidos - e como retribuição esta teria que garantir a existência de Israel (Herzl, 1896, p. 45). Ademais, o teórico trata também de questões da imigração judaica ao território que seria estabelecido. Dessa forma, um plano detalhado de compras de terras nativas é traçado e foi futuramente concretizado com alguns ajustes. Isto é, foram criadas organizações - como a Associação de Colonização Judaica - as quais forneceram apoio financeiro para o início da colonização na Palestina. Isso foi de extrema importância para a expulsão dos nativos e colonização do local entre 1909 e 1914, cerca de 40 mil imigrantes judeus chegaram na Palestina e dezoito novas colônias - totalizando 52 em 1914 - foram criadas pelo movimento sionista nas terras compradas principalmente de proprietários ausentes. (Khalidi, 2024, p. 38).

Tendo isso em vista, é em 1948 que o Estado de Israel é estabelecido pela ONU junto à continuação da expulsão e limpeza étnica na Palestina, constituindo a chamada *Nakba* - traduzida em português como "catástrofe" - do povo palestino. Neste contexto, ataques entre dezembro de 1947 e março de 1948 levaram ao êxodo de quase 75 mil palestinos (Clemesha, 2024). É constante desde antes de 1948 até a atualidade a implementação do projeto colonialista israelense na Palestina. Mais que a expulsão e violência explícita já mencionadas, constitui-se uma "guerra de infraestrutura", debilitando o acesso à água, comida, escolas e hospitais e assim tornando-se componente essencial da regulação biopolítica de um colapso humanitário (Puar, 2017 apud Bhattacharya, 2024). Essa estratégia se combina, portanto, em limitar a quantidade de calorias consumidas em Gaza, envenenar plantações e controlar muito daquilo que diz respeito à vida dos palestinos, gerando a chamada produção da "morte lenta" através do controle infraestrutural (Agostinelli, 2023 apud Huberman, 2024). Desta forma, como ilustrado por Arlene Clemesha (2024), constitui-se uma "Nakba contínua", termo o qual busca refletir a constante expulsão de palestinos(as) até os dias de hoje.

Observando o que foi dito anteriormente, considera-se a Resolução 3.379 aprovada em 10 de novembro de 1975 na Assembleia Geral da ONU, a qual determinou que o sionismo é uma forma de racismo e discriminação racial. Para isso mobilizou fontes de outras declarações e resoluções do mesmo ano que condenaram a implementação do sionismo na Palestina como uma ocupação neocolonial, racista

e como uma ameaça à paz mundial (Organização das Nações Unidas, 1975). Apesar de revogada em 1991, é notável o fato de ter sido aprovada com 72 votos a favor. Este fato é, portanto, um importante marco e corrobora a posição defendida nesta pesquisa de que o sionismo é um projeto colonial e racista o qual se mantém até os dias atuais. Assim, frente a sua revogação considera-se o poder de barganha do Estado de Israel e de seu forte aliado, os Estados Unidos.

Tendo como base um dos mais importantes escritos de teóricos sionistas e também outros autores, entende-se, portanto, como suficiente a definição de sionismo para este trabalho como

um movimento político que se propôs formar uma nação a partir do povo judaico, disperso desde há muitos séculos no seio de outras sociedades; o objetivo do sionismo era separar os judeus das sociedades onde viviam e conduzir uma corrente migratória para a Palestina, acabando por fundar o Estado de Israel. (Bernardo, 2010 apud Moraes, 2018)

Assim, se constituiu como uma idealização de povoamento em uma terra já povoada e que para justificar isso perpassou o apagamento histórico dos palestinos e também a desumanização e naturalização de sua expulsão e morte. Criou-se uma lógica onde a humanização e valorização é justificada por critérios raciais, onde os judeus “ocidentais” desprezam os “orientais”, que desprezam os judeus da África e Ásia, e que por fim, todos desprezam os árabes (Moraes, 2018). Desde sua idealização, destaca-se que é notável a falta de importância que Theodor Herzl confere a população nativa da terra onde se fundaria o lar nacional judeu, uma vez que a sociedade local e as pessoas que se estabeleciam já neste local são raramente citadas ou fazem parte do sonho de um Estado Judeu.

Para pensar a Palestina atualmente, portanto, é importante o entendimento de que seu território se encontra hoje sob um regime colonial baseado em um projeto que é entendido aqui como racista e que se relaciona diretamente com o projeto capitalista. Isto é, este território é submetido a uma lógica de colonização por povoamento, onde é praticada a constante expropriação de terras, expulsão e violência contra a população nativa (Huberman, 2020). Dessa forma, este processo se conecta com a subjugação da população palestina baseada num critério racial. Como evidenciado por Andy Clarno (2017), se apoia em conceitos como terra, raça e estado, e opera pela desvalorização e desumanização da população nativa. Podemos dizer que este processo se relaciona com o capitalismo, já que este sistema se beneficia da desapropriação, acumulação do capital e subjugação de uma classe em relação a

outra. Assim como no capitalismo, o processo colonial na Palestina produz uma população sobressalente, a qual não é vista como força de trabalho viável. Isto é, esta parcela da sociedade se torna facilmente desumanizada e subjugada já que aos olhos do capitalismo não tem valor, por fim, se torna facilmente matável. (Huberman, 2024). Com isso, se relacionam estes dois sistemas, colonialismo e capitalismo, já que ambos se aproveitam desta desumanização e da morte ou exploração daquele que é desumanizado. Como dito por Fanon ao pensar no fim do colonialismo: “Se as condições de trabalho não se modificam, hão de passar séculos para humanizar esse mundo animalizado pelas forças imperialistas” (Fanon, 1961).

Capitalismo, racismo e orientalismo

Neste item, serão examinadas algumas fontes para melhor entendimento do conceito de capitalismo. Em primeiro lugar, Adam Smith, famoso teórico do capitalismo, reconheceu que a acumulação primitiva do capital é anterior à divisão do trabalho. Já Karl Marx no primeiro volume de “O Capital” define “acumulação primitiva” como o processo histórico que separa o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (Marx, 2008, p. 828). Desse modo, este autor argumenta como essa separação é a origem daqueles que detêm os meios de produção e daqueles que terão que vender sua força de trabalho para sua sobrevivência. Assim, Marx ao analisar principalmente o caso europeu entende a importância da expropriação de terras para criação deste primeiro acúmulo de capital que permitirá o desenvolvimento capitalista. Para além, o autor entende que no caso de processos coloniais, como o dos Estados Unidos, a detenção de capital dos colonizadores também se torna essencial para este processo.

A partir disso, o conceito de capitalismo racial se torna importante para compreensão de como esse sistema se manifestou e se manifesta hoje nos Estados Unidos e no território palestino. Diversos autores revisitaram os estudos marxistas e identificaram relações entre capitalismo e racismo. O capitalismo racial entende como elementos centrais do modo de produção capitalista a acumulação por despossessão de terras e regimes de trabalho coercitivos. Isto é, entende-se que o capitalismo e o racismo não nascem de uma ruptura da ordem feudal anterior, mas são uma evolução

dela que produziu um sistema dependente da escravatura, da violência, do imperialismo e do genocídio (Kelley, 2017). A despossessão é um constante mecanismo de acumulação de capital e também de criação de indivíduos marginalizados que dependerão portanto de se submeter a condições extremamente precarizadas de trabalho (Clarno, 2017). Entende-se o capitalismo como um sistema que se baseia na diferença de classes e na definição daquele que detém o meio de produção e daquele que vende sua força de trabalho, produzindo e reproduzindo desta forma um sistema de exploração e subjugação baseadas em diversos fatores, entre eles a raça.

Com isso, as características presentes na Palestina também se manifestaram e se manifestam no cenário estadunidense. Por conta disso, faz-se necessário compreender as particularidades do desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos, tendo em vista processos como a expropriação de terras indígenas, a escravização de pessoas negras e os efeitos de leis como as de Jim Crow. Isto é, o capitalismo estadunidense se desenvolveu pela desapropriação, exclusão, genocídio e escravização de pessoas pretas e indígenas. Como exemplo, terras roubadas de populações indígenas eram muitas vezes utilizadas para a plantação de algodão que se baseava na mão de obra escravizada negra. Compreende-se que com a Guerra Civil e o fim legal da escravidão, desenvolveu-se o sistema capitalista nos Estados Unidos - sistema esse que continuou a subjugar a população negra, como fica claro pelas leis de segregação até a década de 1960. Dessa forma, este processo afeta a condição econômica de pessoas pretas nos Estados Unidos até a atualidade - sendo de 1990 a 2020 maior a porcentagem de pobreza entre pessoas negras do que entre pessoas brancas no país, segundo dados da Peter G. Peterson Foundation (2021).

Em contrapartida às situações locais, entende-se que ambos os sistemas reproduzem seu racismo também para além de suas fronteiras. Isto é, assim como constrói-se uma ameaça interna, constrói-se uma externa. No Oriente Médio, por exemplo, tanto Israel quanto os Estados Unidos articulam uma imagem de ameaça externa que tem como apoio noções racistas acerca de alguns países do mundo árabe e islâmico. Ela se baseia, desse modo, em ideias de que seus governantes e habitantes são instáveis, extremistas, fundamentalistas religiosos e ainda que abrigam possíveis cúpulas terroristas. Propaga-se que não se pode confiar em sua capacidade política ou em seu controle sob sua população, o que justifica ataques extremos e intervenções na região.

A partir disso, pensa-se então a política externa estadunidense e como desde o 11 de setembro a construção do árabe como inimigo se tornou uma grande ferramenta. Ferramenta esta que já se emaranhava na sociedade, como demonstrado por Said (2007),

A vida de um árabe palestino no Ocidente, especialmente nos Estados Unidos, é desanimadora. Existe aqui um consenso quase unânime de que politicamente ele não existe e, quando é admitido que ele existe, é como um incômodo ou como um oriental. A teia do racismo, dos estereótipos culturais, do imperialismo político e da ideologia desumanizante que contém o árabe ou o muçulmano é realmente muito forte, e é esta teia que cada palestino veio a sentir como seu destino singularmente punitivo. (...) houve com certeza identificações em alguns níveis, mas estas nunca assumiram uma forma "aceitável", como a identificação liberal americana com o sionismo, e com grande frequência foram invalidadas por sua associação com interesses políticos e econômicos desacreditados (companhias petrolíferas e arabistas do Departamento de Estado, por exemplo) ou com a religião. (Said, 2017)

Além disso, que se destaca em meio a sociedade e que se utiliza da violência e agressividade da racialização da política após a declaração de Guerra ao Terror para servir a narrativa do poder elitista estadunidense. Assim, torna-se de grande importância "justificativas internas na busca do inimigo que ameaça sua segurança doméstica, permitindo, no âmbito externo, o seu engajamento nos conflitos do Oriente Médio." (Dorneles, 2021). Mais que isso, na atualidade se torna uma ferramenta que justifica a intervenção em países da região e o apoio e investimento em Israel - que se caracteriza como o "ponto de Ocidente no Oriente".

A identificação entre Estados Unidos e Israel

Tendo isso em vista, deve-se entender a relação que possibilita a identificação entre Israel e os Estados Unidos e, portanto, configura e sustenta esta aliança histórica. Pretende-se entender mais a fundo as nuances do fato de o apoio dos Estados Unidos a Israel ser justificado desde a década de 1990, e principalmente após o 11 de setembro, com base em alegações que ambos os países estão sob constante ameaça de terrorismos provenientes do mundo árabe e islâmico e dos países da região que os apoiam (Viana, 2022).

Deve-se ter em vista como se articulam a pauta do capitalismo, do racismo, do sionismo. Como demonstrado acima, essas três pautas se tornam inseparáveis a partir do momento que o racismo é uma ferramenta que sustenta tanto o capitalismo

quanto o modelo de governo de Israel. Ambos se sustentam também no medo, que causa insegurança e que justifica ações como a repressão a pessoas de determinadas classes ou racializadas como inferiores ou até mesmo uma retórica de insegurança que justifica o apoio a um país que conserva a subjugação de determinado grupo. Como argumentado por Andy Claro (2017), o que une estas duas ideologias se encontra na subjugação de um terceiro guiada por inseguranças presentes nas classes e grupos raciais dominantes que são formadas por uma contradição base do capitalismo, racismo e colonialismo: a riqueza e o poder são constituídos pela dominação, exploração e desapropriação (Clarno, 2017, p. 16).

Portanto, o apoio estadunidense ao Estado de Israel e a identificação histórica entre os dois se dá, entre outros fatores, por sua busca pelos valores ocidentais que acabam por se sustentar em argumentos orientalistas sobre a suposta barbárie do mundo árabe. Isso se destaca em discursos do governo estadunidense, como por exemplo falas em 2014 do então vice-presidente Joe Biden que dizem que era “predominantemente no interesse dos próprios Estados Unidos terem um parceiro estratégico como Israel, seguro, democrático e amigo” (Biden, 2023) de forma implícita se carrega a ideia justamente do mundo árabe como inseguro, anti-democrático e inimigo. Mais recentemente, também com o ataque do Hamas a Israel em 7 de outubro de 2023, no dia 9 de outubro de 2023 foi divulgada em conjunto por França, Alemanha, Itália, Reino Unido e Estados Unidos declaração que dizia

Nos próximos dias, permaneceremos unidos e coordenados, juntos como aliados e amigos comuns de Israel, para garantir que o país seja capaz de se defender e estabelecer as condições para uma região pacífica e integrada do Oriente Médio (Embaixada e Consulados EUA no Brasil, 2023).

A vista disso, é frequente um discurso estadunidense que carregue teor de proximidade e identificação quase que intrínseca do país com os israelenses e seu Estado. A pauta do medo também é frequente, associando o islamismo ao terror, o árabe diretamente ao islamismo e, portanto, o árabe ao terror. Como explicitado por Barder (2021), desde a administração Bush, e inclusive nas administrações Obama e Trump, o que consolida a legitimidade da violência estadunidense é um imaginário racializado dos muçulmanos e do Médio Oriente, baseado numa identidade civilizacional/cultural coerente (Barder, 2021). É importante ressaltar que, no entanto, como observado por Kumar (2021), se constituíram diferenciações entre o “bom” e o “mau” muçulmano baseadas em um racismo etnocêntrico imperial. Desta forma, é

caracterizado como “amigo” quem concorda com a potência imperial - sendo neste caso os Estados Unidos e como exemplo desta relação a Arábia Saudita -, em contrapartida a quem discorda sendo inimigo - como o Irã pós-revolução de 1979 (Kumar, 2021).

Dessa forma, a Guerra ao Terror e seu contexto significaram uma fácil aceitação da noção a respeito do “*dangerous brown man*” que sustenta uma ideia de inimigo e uma ansiedade quanto a esse inimigo, lógica que ajuda a justificar e sustentar uma certa simpatia a atos de abuso e tortura por parte do Estado a essa população (Barder, 2021). Isso se aplica também a uma aceitação às ações do Estado de Israel na Palestina, com tanto um discurso racista quanto um discurso disfarçado de luta contra o terrorismo que contém também um caráter racista. Portanto, uma maior aceitação das ações deste Estado favorece uma maior aceitação ao apoio dos Estados Unidos.

Cobertura da Palestina no *New York Times* e seus impactos

A vista do que foi apresentado anteriormente, tem-se que a cobertura jornalística feita a respeito de Israel e da Palestina muitas vezes carrega um viés que favorece o primeiro, sustentando um discurso favorável ao apoio estadunidense ao Estado de Israel. Com isso, observa-se o caso do jornal estadunidense *New York Times*, o qual é notado dentro da academia por ter um viés pró-israelense e retratar a questão palestina de forma questionável (Amer, 2022; Chaudhry e Riaz, 2024; Johnson e Othman, 2024; Khazaal, 2024; Siddiqui e Zaheer, 2018), além de “efetivamente definir (ou seguir) a agenda nacional para discussão pública” (Cotter, 2003). Desta forma, a desumanização da pessoa palestina favorece este apoio na medida em que mascara a desproporcional violência contra um povo que a partir de determinada narrativa se torna não merecedor da vida. Assim, além daquilo que não é muitas vezes noticiado, esta narrativa é construída muitas vezes baseando-se em uma justificativa de manutenção da segurança israelense que estaria em constante ataque pelos palestinos e alguns países árabes na região.

A partir disso, observa-se que esta característica não se manifesta apenas nas recentes publicações do jornal, na verdade, está presente há mais de cinquenta anos. Desta forma, estudos como o publicado por pela 416 labs, firma canadense de pesquisa e análise de dados, em 2018 confirmam que este processo ocorre há um

longo período de tempo. Este estudo denominado “50 years of occupation” analisou de 1967 a 2017 um número próximo a cem mil manchetes dos jornais *Chicago Tribune*, *Los Angeles Times*, *The New York Times*, *The Washington Post* and *The Wall Street Journal* sobre o tópico em questão. A conclusão apresentada neste estudo reitera que o discurso jornalístico estadunidense possui um viés pró-Israel em termos de um maior número de oportunidades de consulta à fontes israelenses, um maior número de manchetes negativas sobre a Palestina, além de uma sub-representação deste grupo (Siddiqui; Zaheer, 2021, p. 3). Mais especificamente a respeito do *New York Times*, destaca-se uma maior proporção de matérias negativas em relação à Palestina do que a Israel, além de um maior número de publicações que contemplam Israel em suas manchetes, sendo aproximadamente 81,5% referentes à Israel em contrapartida a 18,5% referentes à Palestina.

Para além deste estudo de 2018, em 2023 Holly Jackson realizou um estudo no qual analisou 33 mil matérias jornalísticas provenientes do *New York Times* nos períodos da Primeira (1987-1993) e da Segunda (2000-2005) Intifadas Palestinas. Revelou que 90% dos artigos analisados têm foco em israelenses em contraposição a menos de 50% com foco na vivência palestina. Junto a isso, os artigos que utilizaram linguagem negativa e voz passiva em relação aos palestinos foi o dobro do que em relação aos israelenses (Khazaal, 2024). Como exemplo disso, a estudiosa cita a construção da frase “palestino morto em confronto com tropas”, fato o qual retira a responsabilidade daquele que o matou além de buscar interiorizar a relevância de seu assassinato como apenas uma informação técnica e não detentora de um sujeito com nome e rosto que foi assassinado pelas tropas israelenses.

Tendo em vista o contexto de 2021, observa-se o estudo produzido por Mohammed Amer e intitulado como “*BBC and New York Times’ Coverage of the May 2021 Israeli Onslaught on Gaza: A Critical Discourse Analysis*”. Em primeira instância, a análise realizada por Amer demonstra que a cobertura do *New York Times* a respeito do ataque realizado por Israel a Gaza em maio de 2021 foi escrita de forma a ofuscar a agressão israelita por meio da mobilização de outros tópicos que ajudaram a justificar e prevalecer os interesses de Israel em detrimento das narrativa e direitos palestinos. Mais que isso, apesar de a cobertura destacar a devastação causada pelo ataque de Israel, as críticas a esses acontecimentos foram geralmente formuladas numa linguagem cuidadosa a qual não apresentava explicitamente o contexto da ocupação militar, colonização e cerco de Israel. Por outro lado, a resistência armada

palestina foi em grande parte das matérias analisadas construída como uma força equivalente às forças israelenses e que causou níveis semelhantes de destruição, medo e morte entre os israelitas. Por fim, os ataques aéreos realizados por Israel foram apresentados como respostas ao lançamento de foguetes por parte de grupos palestinos, favorecendo assim a visão de defesa por parte dos ataques de Israel e justificando-os. (Amer, 2022, p.5) Com isso, entende-se que com um novo ciclo de violência a Gaza em 2021 o jornal estadunidense continuou a propagar uma perspectiva a qual justifica e é conivente com os ataques e assassinatos desproporcionais de palestinos por Israel.

Além do contexto já apresentado, enfatiza-se também o contexto de outubro de 2023 com o início de um ciclo de violência e genocídio escancarados de Israel para com os palestinos. A partir disso, destaca-se o estudo realizado pelo *The Intercept* no ano de 2024 a respeito das coberturas do *New York Times*, *Washington Post* e *Los Angeles Times* entre o período de 7 de outubro a 24 de novembro de 2023. Reconhece-se neste estudo que houve uma ênfase desproporcional às mortes israelenses - sendo mencionadas 16 vezes mais que as palestinas - e o uso de linguagem emotiva para descrever os assassinatos de israelenses ao contrário das descrições de assassinatos palestinos. Isto é, considerando o uso de linguagem emotiva na cobertura sobre mortes e o uso de termos como “slaughter”, “massacre” e “horrific” - ou seja, “chacina”, “massacre” e “horrendo” - em todos os veículos para cada duas mortes de palestinos(as) estes eram mencionados uma vez. Enquanto em contrapartida, a cada morte israelense eram mencionados oito vezes. Já em relação aos termos, “chacina” foi usado para descrever assassinatos israelenses 60 vezes em comparação a 1 para palestinos. Já o termo “massacre” 125 vezes para israelenses em relação a 2 para palestinos. Como último ponto, “horrendo” foi usado 36 vezes para descrever mortes israelenses em comparação a 4 para descrever mortes palestinas. Para mais, segundo o estudo houve uma grande subnotificação da referência à morte de crianças, havendo uma assimetria tanto quantitativa quanto qualitativa em relação à Guerra na Ucrânia. (Jhonson; Ali, 2024, tradução nossa). “Apesar da guerra de Israel contra Gaza ser talvez a guerra mais mortal para as crianças na história moderna, há pouca menção da palavra “crianças” nas manchetes” (Jhonson; Ali, 2024, tradução nossa).

Deste modo, as estatísticas apresentadas reforçam o processo de desumanização da população palestina, uma vez que o uso da linguagem emotiva

para descrição das mortes é um recurso importante para enfatizar sua importância e o choque que é revelado diante de sua constatação. Assim, percebe-se que a forma como é dada a cobertura deste contexto atribui maior importância aos assassinatos de israelenses do que de palestinos, enfatizando a dimensão que o discurso jornalístico tem para ajudar a justificar o apoio estadunidense a Israel. Para além disso, o uso de adjetivos que remontam a violência para se referir à assassinatos de israelenses em detrimento dos de palestinos enfatiza a criação da imagem do palestino como bárbaro, violento e que, portanto, demanda o uso da força para ser controlado.

A fim de examinar mais precisamente o que foi apresentado, observam-se matérias do *New York Times*. Foi publicada em 17 de maio de 2021 matéria com o título “*The Toll of Eight Days of Conflict in Gaza and Israel*”, em português, “O resultado de oito dias de conflito em Gaza e Israel” (Cai; Holder; Leatherby; Lutz; Reinhard; Yourish, tradução nossa). Segundo o estudo de Amer (2022), passagens que dizem que “Israel intensificou a sua campanha de bombardeamento contra o Hamas”, consideram as ações de Israel como sendo dirigidas diretamente ao Hamas, ignorando as pessoas que são frequentemente mortas por essas ações de forma a se questionar a sua colateralidade. Além disso, no decorrer da matéria é identificado que considera-se o lançamento de foguetes do Hamas, e não os ataques da ocupação israelita e assassinatos de civis, como o gatilho do conflito, o que ajuda a apagar o sofrimento diário dos palestinos com a colonização de seu território. Assim, ao citar primeiro fontes israelenses que indicam o número de “3.300 foguetes” do grupo de resistência palestino e tratar de fontes que indicam que os militares israelenses pretendem “destruir a capacidade do Hamas de fabricar e lançar mísseis além de uma rede de túneis subterrâneos usados por ele” parecem pintar uma imagem negativa do Hamas e exagerar o seu poder além de apresentar Israel agindo em legítima defesa. Tal construção dos acontecimentos corrobora a narrativa israelense e também, não trata igualmente de fontes palestinas ou refutações às fontes citadas. Além disso, não foram apresentados dados como o fato de que muitos dos foguetes não atingiram territórios controlados por Israel ou caíram em áreas abertas, e que 90% desses foguetes foram interceptados pelo sistema de defesa antimíssil de cúpula de ferro de Israel (CNN, 2021; Washington Post, 2021 apud. Amer, 2022). Esse tornou muitos destes foguetes ineficazes, o que ficou evidenciado no número de israelenses mortos ou feridos. (Amed, 2022). Enfatiza-se, portanto, o retrato de uma história com um viés

claro, sendo o fato de que muitos dos mísseis foram interceptados, por exemplo, importante para o entendimento da real assimetria do conflito e da realidade não tão ameaçadora que Israel se encontra.

Amer (2022) também analisa matéria intitulada “The violence rocking Gaza, Israel and the West Bank has left scores dead” - “A violência que assola Gaza, Israel e a Cisjordânia deixou dezenas de mortos” (New York Times, 2021, tradução nossa). Ao pensar no trecho que diz “Palestinos e israelenses na sexta-feira se depararam com uma paisagem marcada pela violência que se espalhou da Cisjordânia para Israel, para Gaza e de volta à Cisjordânia” o estudioso revela que a linguagem ponderada não atribui a responsabilidade a Israel como força de ocupação que causou destruição desenfreada e violações massivas dos direitos humanos e mortes entre os palestinos, assim nota-se uma ênfase na suposta responsabilidade mútua e equivalente da Palestina e de Israel na devastação citada (Amer, 2022). Este fato, o qual corrobora a ideia de uma guerra simétrica, ajuda a sustentar a normalidade das ações do Estado israelense, uma vez que este estaria combatendo uma força igualmente capaz de defesa à sua população. Com isso, observa-se que a situação é tratada como um estado lamentável, com sofrimento e vítimas em ambos os lados. Ainda neste trecho, exalta-se a referência aos ataques massivos de Israel como “uma paisagem marcada pela violência” que parece tratar igualmente “palestinos e israelenses” como vítimas da situação e não distribui responsabilidade do estado de ocupação israelita pelos seus ataques em Gaza, expulsões, ataques de colonos e outras medidas (Amer, 2022).

A seguir, foi publicada em 11 de novembro de 2023 e é intitulada “*They ran into a bomb shelter for safety. Instead, they were slaughtered.*” (Kershner, 2023) - no português, “Eles correram para um abrigo antibombas por segurança. Em vez disso, eles foram massacrados” (Kershner, 2023, tradução nossa). Aqui se destaca o uso da palavra “segurança” e principalmente o uso da palavra “massacrados”, as quais remontam a uma situação de perigo e violência extrema e de uma ameaça à segurança da população israelense em geral, ajudando dessa forma a sustentar o discurso de perigo constante vivido por Israel. Seu subtítulo é “*Hamas’ assault on southern Israel began with a barrage of rockets, sending scores of people into roadside refuges. Then gunmen came to hunt them.*” - “O ataque do Hamas ao sul de Israel começou com uma saraivada de foguetes, enviando dezenas de pessoas para refúgios à beira das estradas. Então homens armados vieram caçá-los.” (Kershner,

2023, tradução nossa). Destaca-se mais uma vez o uso de palavras como “dezenas”, “refúgio” e “caçá-los”, as quais representam a ameaça generalizada e fortemente brutal contra os israelenses, a qual novamente ajuda a justificar as “respostas” israelenses ao Hamas e à Palestina como um todo já que essa seria o lar de pessoas, mais que isso, de terroristas que ameaçam a vida e a existência dos israelenses. Além disso, destaca-se o uso de linguagens que indicam números vagos, os quais distorcem a sensação do real número de pessoas. Assim como no uso da expressão “scores of people” - que se concretiza no corpo do texto como 3 dezenas, mais adiante nota-se a seguinte passagem que se utiliza do termo “mais de uma dúzia”:

Em menos de uma hora, depois de uma defesa desesperada que incluiu o lançamento de granadas contra os seus agressores, mais de uma dúzia de ocupantes do abrigo foram mortos, os seus corpos despedaçados e crivados de balas. Outros, atordoados e feridos, foram levados para Gaza como reféns. (Kershner, 2023, tradução nossa)

Para mais, analisa-se como o trecho mencionado constrói uma narrativa de bem contra o mal. Por um lado tem-se israelenses em perigo extremo que agem em um “defesa desesperada” em contrapartida à seus agressores que mataram e despedaçaram corpos com balas. Por fim, exalta-se ainda como coloca-se que os reféns são “levados para Gaza”, onde a falta de especificidade quanto a um possível destino dessas pessoas ajuda a construir a narrativa de que Gaza é apenas o local onde o Hamas se organiza, onde há apenas terroristas e agressores os quais poderiam, portanto, sofrer ataques e agressões constantes sem problemas.

Em contraste, a matéria seguinte, que foi publicada em 18 de novembro de 2023, é intitulada como “*Israel-Hamas War turns Gaza into a ‘graveyard’ for children*” - traduzindo-se como “A guerra Israel-Hamas transforma Gaza num ‘cemitério’ de crianças” (Abdulrahim, 2023, tradução nossa) - e tem seu subtítulo como “*Thousands of children have been killed in the enclave since the Israeli assault began, officials in Gaza say. The Israeli military says it takes “all feasible precautions” to avoid civilian deaths.*” - “Milhares de crianças foram mortas no enclave desde o início do ataque israelense, dizem autoridades em Gaza. Os militares israelitas dizem que tomam “todas as precauções possíveis” para evitar mortes de civis.” (Abdulrahim, 2023, tradução nossa). Com isso, destaca-se o uso de aspas em “cemitério” - apesar de ser uma referência às Nações Unidas, isso não é explicado no título - o qual tem um caráter de eufemismo, dando a impressão de ter uma menor gravidade do que na realidade; além disso, atribui-se uma imagem de cuidado ao exército israelense ao ser

dada a chance de retratação para este dizer que estava se esforçando para não matar essas crianças, mas que foi um acaso; no mais, o uso de voz passiva e ênfase no fato de ser uma informação das autoridades de Gaza em conjunto com uma “defesa” do exército de Israel, não retrata a real violência desses assassinatos ao não atribuir de forma clara que foi o exército israelense que matou essas crianças, além de novamente questionar a real gravidade deles fazendo-os serem atribuídos a um possível dano colateral e, dessa forma, banalizando-as. Mais um vez, destaca-se o uso de linguagem vaga quanto ao número de mortos, fato o qual dificulta o entendimento da real dimensão do massacre feito por Israel.

Com isso, a desumanização do povo palestino é vista como uma peça chave para sustentar a continuidade das violências de Israel. A construção desta imagem também é de extrema importância para a banalização da morte palestina ou até mesmo para justificativa da morte palestina, a qual passa a ser vista muitas vezes como justa já que atinge um povo que é restringido de sua humanidade. A cobertura deste contexto feita pelo *New York Times* é composta pela desumanização da pessoa palestina, pela formulação de uma imagem de agressividade por parte deste povo e pela construção de uma necessidade de medo e defesa perante a ele.

Como enfatizado anteriormente, há uma sub-representação de notícias a respeito de sua história, fato o qual ajuda a mobilizar a narrativa de defesa e resposta perante à violências palestinas por parte de Israel. Com o sub-noticiamento da violência diária de Israel a narrativa de que as ações de resistência, armadas ou não, são ilegítimas é favorecida, o que por sua vez favorece a “resposta” armada e de extrema violência. Propagar uma narrativa que desconsidera o contexto colonial é de extrema importância para justificar a violência sem precedentes contra o civil palestino. Para aqueles que não entendem este contexto, justificar que a violência contra civis é destinada à cúpulas de grupos “terroristas” que ameaçam a existência de Israel passa a ser compreensivo. Justificar que os escritórios da AFP e Al Jazeera continham equipamentos militares do Hamas, como foi feito pelo exército israelense em maio de 2021, legitima a violência por parte deste Estado ao mesmo tempo que banaliza a vida na Palestina (AFP, 2021).

Mais que isso, noticiar a realidade deste povo apenas esporadicamente e com um volume maior de notícias durante ciclos de violência extrema compactuam o fato de que a agressão israelense parte de precedentes violentos, além de desumanizar as pessoas palestinas. Isto ocorre a partir do momento que se constrói pela falta de

informação um desconhecimento da vivência e do cotidiano dessas pessoas. Considerando apenas a evidência destas pessoas nos noticiários durante situações de violência extrema, enfatiza-se a associação entre o(a) palestino(a) com a agressividade, brutalidade e irracionalidade. Assim é alimentada a visão de que ser palestino é ser violento caracterizando mais uma vez essas vidas como matáveis e sem um valor social, já que partindo dessa perspectiva essas pessoas produziram apenas violência e assassinatos contra israelenses.

Ainda considerando a baixa cobertura de sua vida, considera-se a baixa representatividade de mulheres e crianças nos noticiários. Observa-se como a associação dessas pessoas à violência também perpassa a maior representatividade de homens e da imagem de “*dangerous brown man*” de Barder (2021). Isso é acompanhado da associação a força, brutalidade e violência de um suposto inimigo em contraposição a possibilidade de sensibilidade, delicadeza e criatividade de uma pessoa merecedora de direitos e humanidade. Considera-se que a associação frequente da sociedade palestina à imagem masculina é acompanhada não apenas de um viés orientalista, mas de um viés machista e desumanizante. Por meio disso, a presença da mulher palestina é ignorada e apagada junto à história e ancestralidade. Apagar a imagem de mulheres e crianças nessa cobertura é também uma forma de desumanizar esta população ao assumir que ela não se reproduz e não é povoada pela vida, apenas pela morte. Por este processo, se pretende suavizar a morte de pessoas em Gaza e na Cisjordânia, já que estes locais não teriam um passado ou um futuro, mais que isso não teriam pessoas sujeitas a criar sua própria história.

Com base no explicitado acima, faz-se necessário entender como isso se relaciona a manutenção do apoio dos Estados Unidos a Israel. A construção do discurso de ameaça justifica o apoio material de ajuda externa e venda de armas estadunidenses. O papel da mídia se materializa em credibilizar valores incomparáveis de ajuda externa a este país, já que a imagem de que Israel está cercado de inimigos árabes violentos justifica a necessidade de proteção. A cobertura esporádica e majoritariamente de episódios de violência ajuda a justificar o discurso do palestino como terrorista, o qual, na visão do cidadão estadunidense, deve ser combatido como uma ameaça não apenas ao Oriente Médio, mas também ao Ocidente e aos Estados Unidos. Associar este povo ao terrorismo serve em última instância a corroborar a posição dele como inimigo estadunidense que deve ser combatido a todo custo, já que ameaçaria constantemente a sobrevivência de um importante aliado do

país e a vida do cidadão comum. Além disso, o discurso que desumaniza a pessoa palestina diminui a relevância frente às vendas de armas para Israel por parte dos EUA. Como exemplo, tem-se o contexto da Grande Marcha do Retorno em 2018 e 2019 a qual foi um protesto pelo direito ao regresso às suas terras e pelo fim do cerco em Gaza onde foram mortos 223 palestinos (Loewenstein, 2024, p. 132). Com isso, observa-se que mesmo que um relatório da Anistia Internacional (2018) tenha documentado que ferimentos dentre os manifestantes apresentaram marcas de rifles de precisão M24 Remington fabricados nos EUA, essa questão foi pouco mobilizada. Isto é, houve poucas comoções ou repercussões a respeito deste caso, fato o qual demonstra a banalização das pessoas que foram mortas por essas armas e também da comercialização de armas que resulta em mortes violentas e sem precedentes. Dessa forma, mais uma vez o discurso de desumanização palestina serve a interesses israelenses e também estadunidenses - os quais se beneficiam da existência do Estado de Israel. Em conclusão, este discurso mobilizado pela mídia estadunidense e pelo *New York Times* ajuda a sustentar essa relação à medida que constrói uma narrativa que não condena o país que financia diretamente medidas de um Estado colonizador.

Considerações Finais

Finalmente, observando o que foi apresentado neste trabalho, conclui-se que a forma que Palestina e Israel são ilustrados no *New York Times* corrobora a desumanização dos colonizados favorecendo o apoio estadunidense ao colonizador. Retoma-se a partir disso, a relação de proximidade entre Estados Unidos e Israel. Apesar de momentos marcados por algumas tensões - como por exemplo o governo Obama e Biden -, desde os anos 1970 e a Guerra de Yom Kippur estes dois aliados mantêm uma relação sem ruptura. Além disso, considera-se o processo colonial na Palestina atual relacionando-o ao desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos, entendendo assim a produção e reprodução do orientalismo frente ao colonizado palestino. Com isso, compreende-se a criação de um inimigo e de uma figura desumanizada no Oriente Médio, os quais configuram e ajudam a sustentar seu apoio ao Estado israelense. Assim, a partir da guerra ao terror cria-se uma fácil aceitação da figura do “*dangerous brown man*” que sustenta uma ansiedade frente a

um suposto inimigo, ajudando a justificar uma certa simpatia a atos de abuso por parte do Estado a essa população (Barder, 2021). Em extensão, apesar de não se aplicar a alguns países como a Árabia Saudita, isso se aplica também a uma aceitação às ações do Estado de Israel na Palestina. Portanto, uma maior aceitação das ações deste Estado favorece uma maior aceitação ao apoio dos Estados Unidos.

Tendo isso em vista, mais oportunidades de consulta à fontes israelenses, mais manchetes negativas sobre a Palestina, a sub-representação, o uso de linguagem negativa e voz passiva, as críticas brandas e cuidadosas às agressões de Israel, a construção da resistência armada palestina como uma força equivalente às forças israelenses, as apresentações de ataques como respostas à grupos palestinos, a ênfase desproporcional às mortes israelenses e o uso de linguagem emotiva para descrever os assassinatos de judeus ao contrário das descrições de assassinatos palestinos são alguns dos fatores que sustentam que a cobertura realizada é enviesada. Logo, ao longo da história a construção da narrativa acerca da questão palestina pela mídia estadunidense foi um instrumento de extrema importância. Este é responsável pela ênfase de certas narrativas como a inexistência de um contexto colonial - fato o qual é extrema importância para ilustrar a violência como esporádica e, portanto, ao serem noticiados ações militares palestinas serem justificadas ataques contra o civil palestino; a inexistência de uma vida complexa com diferentes tipos de pessoas e reprodução da vida com a associação frequente da sociedade palestina à imagem masculina - e assim carregando não apenas de um viés orientalista, mas de um viés machista e desumanizante; além de, por fim, a construção de uma suposta ameaça constante, a qual justifica o apoio material de ajuda externa e venda de armas estadunidenses à Israel. Assim, entende-se que a desumanização da pessoa palestina e sua associação à violência e ao terrorismo por parte da mídia é uma forma de ajudar a sustentação do discurso de necessidade de mortes palestinas propagando por Israel.

Fontes bibliográficas

AFP. Bombardeio israelense atinge escritórios da AP e Al Jazeera. 15 mai 2021. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/internacional/bombardeio-israelense-atinge-escritorios-da-ap-e-al-jazeera-15052021/>>. Acesso em: 23 out 2024.

AMNESTY INTERNATIONAL. Six Months On: Gaza's Great March of Return. 19 out 2018. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/latest/campaigns/2018/10/gaza-great-march-of-return/>>. Acesso em: 23 out 2024.

Amer, Mohammed. BBC and New York Times' Coverage of the May 2021 Israeli Onslaught on Gaza: A Critical Discourse Analysis. **International Journal of English Linguistics**, Vol. 12, No. 5, p. 1-18, jul 2022.

BARDER, Alexander. Global Racial War: International Politics and Racial Hierarchy. Oxford University Press: Nova Iorque, 2021.

BHATTACHARYA, Tithi. Esqueci de morrer: pensando a reprodução social da vida palestina. **Margem Esquerda**, [S.l.] n. 43, p. 56-65, set 2024.

CHAUDHRY, Hajra; Riaz, Muhammad. Ethical Dilemmas In Media Coverage Of Israel - Palestine Conflict: Analysis Of The New York Times. **Migration Letters**, vol. 21, n. 11, p. 72-83, jun 2024.

CHOMSKY, Noam. The Fateful Triangle: The United States, Israel and the Palestinians. Londres: Pluto Press, 1999.

CLARNO, Andy. Neoliberal Apartheid: Palestine/Israel and South Africa after 1994. The University of Chicago Press: Chicago, 2017.

CLEMESHA, Arlene. Pensar a Palestina após Gaza: uma breve historiografia da Nakba. **Margem Esquerda**, [S.l.] n. 43, p. 47-55, set 2024.

COOK, Jonathan. "End of Strongman" e "Remaking the Middle East". In: Israel and the clash of civilisations. Londres: Pluto Press, 2008.

COTTER, Colleen. Discourse and Media. In: The Handbook of Discourse Analysis. Oxford, Blackwell Publishers Ltd, 2001.

DORNELES, Natália. **O Contrato Racial: Dimensões Raciais Na Política Externa Estadunidense Para Israel.** TCC em Relações Internacionais - Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Porto Alegre, 91, 2021.

Embaixada dos Estados Unidos no Brasil. Declaração Conjunta sobre Israel. 10 out 2023. Disponível em: <<https://br.usembassy.gov/pt/declaracao-conjunta-sobre-israel/>>. Acesso em: 23 mai 2024.

FANON, Frantz. Cap. 1: Sobre a violência. In: Os Condenados da Terra. Ulisseia Ltda: Lisboa, 1961.

FELIX, Gil. Marx e a “assim chamada acumulação primitiva”. **Rebela**, v.13, n.2. mai./ago. 2023.

G1. Congresso dos EUA aprova pacote com ajuda de US\$ 95 bilhões para Ucrânia, Israel e Taiwan. 23 abr 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/google/amp/mundo/noticia/2024/04/23/congresso-dos-eua-aprova-pacote-com-ajuda-financeira-para-ucrania-israel-e-taiwan.ghtml>>. Acesso em: 18 jun 2024.

HERZL, Theodor. O Estado Judeu. São Paulo: Editora e Livraria Sêfer, Schmukler Editores, Joseph Paper Editora, 1997.

HUBERMAN, Bruno. **A colonização neoliberal de Jerusalém após Oslo: desenvolvimento, pacificação e resistência em Palestina/Israel. 2020.** 370 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais: Programa San Tiago Dantas) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Relações Internacionais: Programa San Tiago Dantas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

HUBERMAN, Bruno. Gaza, genocídio colonial e capitalismo. **Margem Esquerda**, [S.l.] n. 43, p. 74-81, set 2024.

JOHNSON, Adam; ALI, Othman. Coverage of Gaza War in The New York Times and other major newspapers heavily favored Israel, analysis shows. The Intercept, 9 jan 2024. Disponível em: <<https://theintercept.com/2024/01/09/newspapers-israel-palestine-bias-new-york-times/>>. Acesso em: 28 mar 2024.

KELLEY, Robin. What did Cedric Robinson Means by Racial Capitalism? 12 jan 2017. Disponível em: <<https://www.bostonreview.net/articles/robin-d-g-kelley-introduction-race-capitalism-justice>>. Acesso em: 4 jul 2024.

KHALIDI, Rashid. Palestina: um século de guerra e resistência (1917-2017). São Paulo: Todavia, 2024.

KHAZAAL, Natalie. Bias hiding in plain sight: Decades of analyses suggest US media skews anti-Palestinian. The conversation, 29 fev. 2024. Disponível em: <<https://theconversation.com/bias-hiding-in-plain-sight-decades-of-analyses-suggest-us-media-skews-anti-palestinian-216967>>. Acesso em: 28 mar 2024.

KUMAR, Deepa. Islamophobia and the politics of empire. Londres: Verso, 2021.

JOHNSON, Adam; ALI, Othman. Coverage of Gaza War in The New York Times and other major newspapers heavily favored Israel, analysis shows. The Intercept, 9 jan 2024. Disponível em: <<https://theintercept.com/2024/01/09/newspapers-israel-palestine-bias-new-york-times/>>. Acesso em: 28 mar 2024.

LOEWENSTEIN, Antony. Laboratório Palestina: Como Israel exporta tecnologia de ocupação para o mundo. São Paulo: Editora Elefante, 2024.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: O Capital: livro 1. São Paulo: Boitempo, 2023.

MORAES, J. Q. de. As conexões do sionismo com o colonialismo, o fascismo e o racismo. **Tensões Mundiais**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 167–192, 2018. DOI: 10.33956/tensoesmundiais.v5i9 jul/dez.673. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/673>. Acesso em: 9 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 3379 - Elimination of all forms of racial discrimination**. Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 nov 1975.

PETER G. PETERSON FOUNDATION. Poverty Rate by race and ethnicity. 2 dez 2021. Disponível em: <https://www.pgpf.org/chart-archive/0255_poverty_by_race>. Acesso em: 1 jul 2024.

SAID, Edward. Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. Companhia de Bolso: São Paulo, 2007.

SANCHES, Mariana. Por que os EUA apoiam Israel? BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgl3jnpz7dyo>>. Acesso em: 23 mai 2024.

SIDDIQUI, U.; ZAHEER, O.. 50 years of occupation. 416labs: Canadá, 2018.

VIANA, Maria Gabriela. **A construção da aliança entre Estados Unidos e Israel: desde a criação do Estado de Israel até o Governo de Barack Obama**. TCC - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília. Brasília, 34, 2022.